



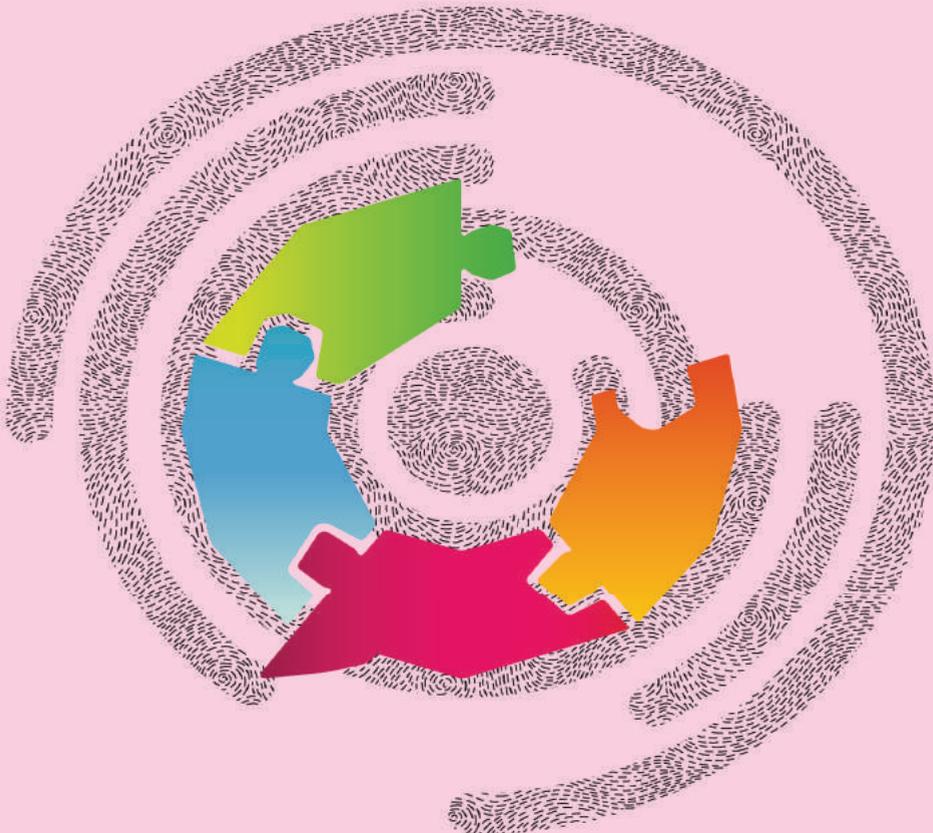
Actas

Proceedings

Colóquio Internacional Epistemologias do Sul:
aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul

International Colloquium Epistemologies of the South:
South-South, South-North and North-South global learnings

Boaventura de Sousa Santos e Teresa Cunha (eds)



Volume 3

Outras economias / Other economies

Junho - June 2015

PROPRIEDADE E EDIÇÃO / PROPERTY AND EDITION

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra
www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo, Apartados 3087
3000-995 Coimbra – Portugal
Tel: +351 239 855573/ + 351 239 855589

ISBN: 978-989-95840-5-1

Capa e projecto gráfico / Cover and graphic design

Cristiana Ralha

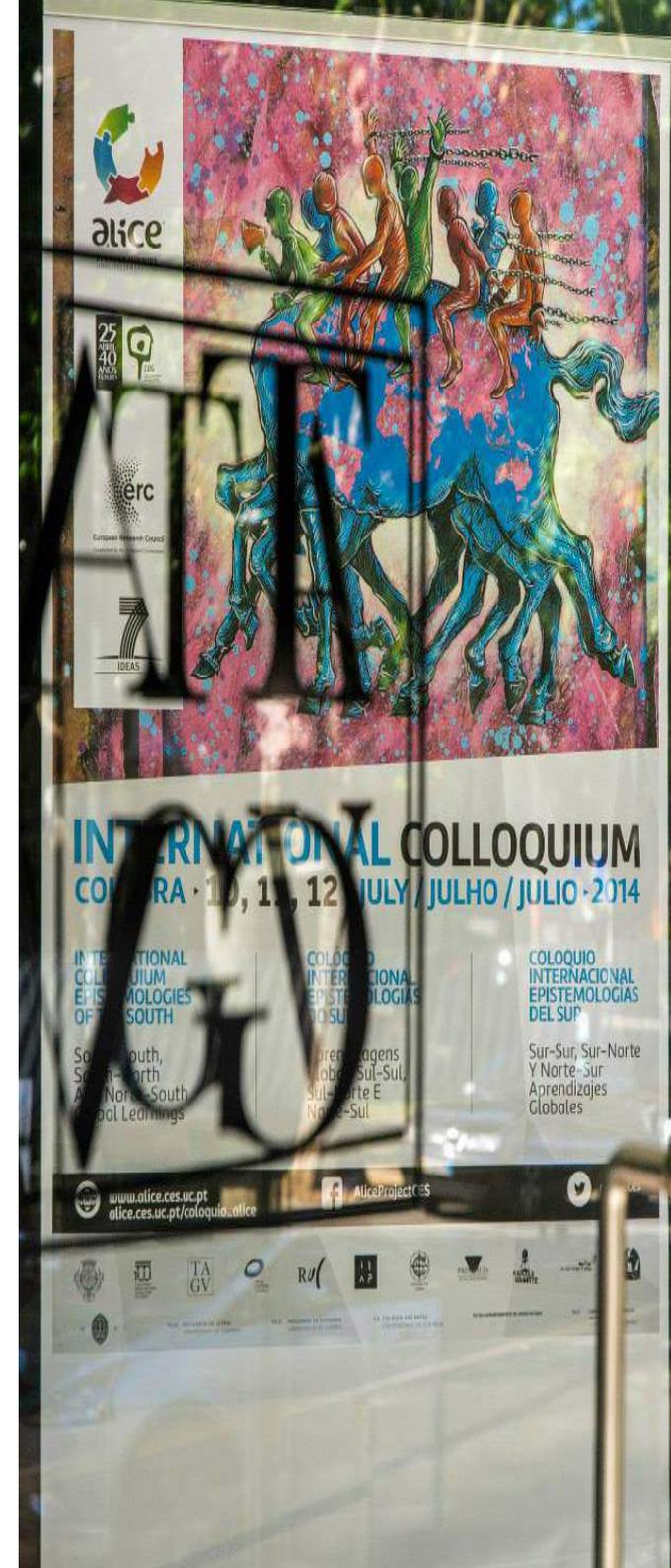
Coimbra, Junho, 2015

COMISSÃO CIENTÍFICA DO COLÓQUIO / SCIENTIFIC COMMITTEE

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes
Maria Paula Meneses
Élida Lauris
Sara Araújo

COMISSÃO ORGANIZADORA DO COLÓQUIO / ORGANISING COMMITTEE

Alice Cruz
Aline Mendonça
André Brito Correia (Coord. do Programa Cultural / Cultural Programme Coord.)
Antoni Aguiló
Bruno Sena Martins
Catarina Gomes
Cristiano Gianolla
Dhruv Pande
Élida Lauris (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Francisco Freitas
José Luis Exeni
Luciane Lucas dos Santos
Mara Bicas
Maurício Hashizume
Raúl Llasag
Rita Kacia Oliveira (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Sara Araújo (Coord. Executiva / Executive Coord.)
Teresa Cunha



POR VONTADE DO AUTOR E DA AUTORA, ESTE TEXTO NÃO OBSERVA AS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO



alice



ces
Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra



erc
European Research Council



IDEAS

Foto / Photo
Rodrigo Reis

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Este livro, em quatro volumes, resulta de um esforço colectivo que envolveu várias instituições e muitas pessoas a quem queremos prestar o nosso profundo agradecimento.



Universidade de Coimbra



Colégio das Artes da Universidade



Departamento de Arquitetura da Faculdade



Escola da Noite / Teatro da



Faculdade de Economia da



Faculdade de Letras da



University of Coimbra



College of Arts of the University of



Department of Architecture of the Faculty



Escola da Noite / Teatro da



Faculty of Economics of the



Faculty of Arts and Humanities



Machado de Castro National



NES - Sociology Student Body



RUC - Radio Universidade de

Este livro de Actas foi elaborado no âmbito do projecto de investigação “ALICE – Espelhos Estranhos, Lições Imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do Mundo”, coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – Portugal. O projecto é financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação, 7º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

INSTITUTIONAL ACKNOWLEDGMENTS

These Proceedings, in four volumes, would not have been possible without the kind support and help of many individuals and organizations. I would like to extend our sincere thanks to all of them.

This book of proceedings was elaborated as part of research project “ALICE – Strange Mirrors, Unsuspected Lessons: Leading Europe to a new way of sharing the world experiences”, coordinated by Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra – Portugal. The project is financed by the European Research Council (ERC), 7th Framework Programme of the European Union (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807].

OUTRAS ECONOMIAS FRENTE AS NOVAS INSTITUCIONALIDADES DO ESTADO BRASILEIRO: OS CASOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR.



Aline Mendonça dos Santos¹

Resumo

Diante de uma *transição paradigmática* percebe-se que a concepção hegemônica de economia assume novas roupagens a partir da emergência de práticas e estratégias de sobrevivência que trazem para a cena econômica também elementos políticos. Daí surgem as *outras economias* que se desdobram em uma diversidade significativa de atividades econômicas consideradas contra hegemônicas: economia solidária, economia indígena, economia feminista, economia campesina, etc.

Embora experiências destas *outras economias* existam desde muito tempo, foi nos últimos vinte anos que ganham destaque tanto no campo político como científico. No Brasil, a visibilidade destas experiências teve o contributo importante do Estado brasileiro que, desde 2003, institucionalizou algumas políticas públicas para contemplar as demandas das *outras economias*.

A proposta deste trabalho é olhar para as *outras economias* frente às institucionalizações do Estado brasileiro a partir de dois segmentos: economia solidária e agricultura familiar. Desta forma compreender qual o espaço que possuem no Estado bem como compreender os avanços e retrocessos que obtiveram a partir da estreita relação entre Estado e sociedade.

Palavras-chaves: outras economias; economia solidária; agricultura familiar, Estado brasileiro

Abstract

When facing a *paradigmatic transition*, it is noticing that the conception of hegemonic economy takes new shapes through the emergence of survival practices and strategies that bring political elements to the economic stage. Then, the *other economies* take place, developing a significant diversity of economic activities considered to be counter-hegemonic: solidarity economy, indigenous economy, feminist economy, peasant economy, etc.

Although the experience of such *other economies* exist for a long time, it has been in the past twenty years that they have become evident in the political field as well as in the scientific field. In Brazil the visibility of these experiences has had the important contribution from the Brazilian State which made institutional some public policies that addressed the needs of the *other economies*.

The aim of this work is to see the *other economies* in relation to the institutional endeavors of the Brazilian State departing from two segments: solidarity economy and family farming, better understanding what is the space that the *other economies* hold in the State as well as understanding the advancements and setbacks that the *other economies* have obtained from the close relation between state and society.

Keywords: Other economies, Solidarity economy, family farming, Brazilian State.

¹ Atualmente é bolsista Pós-Doc da CAPES – processo BEX 10748-13-0 – e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde trabalha vinculada ao projeto “ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo” coordenado por Boaventura de Sousa Santos. O projeto recebe fundos do Conselho Europeu de Investigação, 7.º Programa Quadro da União Europeia (FP/2007-2013) / ERC Grant Agreement n. [269807]”.

INTRODUÇÃO

A situação complexa marcada pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, identificada já no início dos anos 1970, mas que teve seus efeitos intensificados durante a década de 1990, serviu de palco para inúmeras transformações no mundo do trabalho. No interior dessa crise, o capitalismo conjugou uma série de situações oriundas de operações de reestruturação produtiva, que implicam diretamente no cotidiano dos trabalhadores. Dessa forma, visualizou-se um processo profundo de precarização do trabalho, de universalização da subcontratação, de aumento da informalidade nas esferas já integradas ao mercado mundial, de aumento dos índices de desemprego e, conseqüentemente, a expansão de “economias marginalizadas”, que se localizam a margem do mercado formal de trabalho.

Frente à conjuntura e diante de uma transição paradigmática², percebe-se a emergência de iniciativas econômicas que contrapõem a concepção hegemônica de economia e, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, coletividade, sustentabilidade, confiança, emancipação – entre outros. Daí surgem uma diversidade significativa de atividades econômicas consideradas contra hegemônicas (economia solidária, economia indígena, economia feminista, economia campesina, etc.) que compõem o universo das *outras economias*.

Sendo assim, entendo que as *outras economias* figuram numa perspectiva mais ampla de produção da vida do que costumamos tratar como economia solidária. A economia solidária vem sendo utilizada para se referir a uma grande diversidade de atividades econômicas coletivas e suprafamiliares³. Estas atividades são expressas nas mais diferentes formas de organização: cooperativas de produção - típicas das fábricas recuperadas-, as cooperativas de trabalho/serviços, cooperativas de consumo, cooperativas de agricultura familiar – presentes em assentamentos da reforma agrária, associações e/ou grupos informais, comuns às iniciativas de artesãos e catadores de lixo –, redes e cadeias produtivas, organizações de finanças solidárias, entre outros (Santos, 2010). No entanto, existem outras formas de produzir e viver que são contraponto a lógica dominante que não se encaixam ou se reconhecem nesta tipologia. Um exemplo é o caso da economia indígena – embora o movimento indígena faça parte do movimento de economia solidária no Brasil, nem todos os indígenas reconhecem os hábitos e costumes da sua economia tradicional como economia solidária; outro exemplo é o caso da agricultura familiar que só é compreendida na economia solidária a partir dos coletivos (cooperativas e associações) formados por diferentes famílias. Nesta perspectiva, as *outras economias* é compreendida aqui para abranger a quantidade significativa de experiências

2 A transição paradigmática é um momento próprio das revoluções científicas, onde novos paradigmas devem emergir. Para Santos (2006b), o paradigma que deve emergir desta transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna “não pode ser apenas científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)” (2006b:60).

3 Mesmo com algumas divergências conceituais e políticas sobre a nomenclatura e as características da economia solidária no Brasil, estas são referências conceituais que orientam a Economia Solidária no Brasil. Ver SENAES, 2004a

– coletivas ou não, suprafamiliares ou não – que estão a margem da lógica econômica dominante. As *outras economias* refletem tanto as experiências econômicas tradicionais que reproduzem as formas de produzir e viver históricas – principalmente do meio rural – a exemplo das comunidades indígenas, quilombolas⁴ e organizações da agricultura familiar, bem como experiências mais recentes de trabalhadores que, diante da crise, resistiram e organizaram iniciativas de trabalho reconhecidas como economia solidária.

No Brasil, estes processos de mudança econômica e social demandaram respostas por parte do Estado em termos de apoio aos trabalhadores do campo e da cidade, sobretudo aqueles fora das relações formais de assalariamento. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva – candidato do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT) – em 2002 e, conseqüentemente, a conquista do Estado por parte de forças políticas mais progressistas, essas demandas foram – em parte – se institucionalizando em políticas públicas destinadas a população historicamente marginalizada e invisibilizada.

Uma década passou desde que o PT assumiu o governo federal brasileiro e muitas foram as mudanças ocorridas a partir destes processos de institucionalização e da estreita relação entre Estado e sociedade conduzidas pela gestão PT e demais partidos coligados. Quais foram as mudanças ocorridas no Estado e na sociedade? Quais os desdobramentos do processo de institucionalização das *outras economias* em políticas públicas?

Tendo em vista essas questões, a proposta deste artigo é olhar para as *outras economias* frente as institucionalizações do Estado brasileiro a partir de dois segmentos: economia solidária e agricultura familiar. Desta forma compreender qual o espaço que essas *economias* possuem no Estado brasileiro bem como compreender os avanços e retrocessos que obtiveram a partir da estreita relação entre Estado e sociedade.

Esta reflexão é um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Sob o fio da navalha: relação Estado e sociedade – avanços, recuos e contradições frente as possibilidades de Reforma do Estado – o caso do Estado Brasileiro (2003 -2013)” realizada no âmbito do pós doutoramento no Centro de Estudos Sociais na Universidade de Coimbra. Trata-se de uma pesquisa militante - onde o pesquisador é entendido como o “aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo” (Cunha e Santos, 2011) – realizada a partir de estudo exploratório que envolveu revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo. O trabalho de campo – realizado entre outubro de 2013 e abril de 2014 – foi cumprido em acompanhamento aos espaços de interlocução entre Estado e sociedade brasileiros (como os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais e os Conselhos Gestores), bem como o diálogo e acompanhamento de debates internos e estratégicos tanto dos movimentos como do Governo. Como não seria possível acompanhar todas as políticas

4 Comunidades Quilombolas são comunidades remanescentes dos escravos negros que fugiram das propriedades que os exploravam para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos. Atualmente existem mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro.

que dialogam com o universo das *outras economias* propus um corpus de pesquisa tendo em vista duas frentes: economia solidária e agricultura familiar. Neste caso a pesquisa ficou centrada nas políticas de economia solidária e desenvolvimento agrário por parte do Estado e nos movimentos de economia solidária (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), soberania alimentar (Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar) e agricultura familiar (Movimentos dos Trabalhadores sem Terra – MST) por parte da sociedade.

Para dar conta deste debate, este texto está organizado em três momentos. Um primeiro momento em que contextualizo o Estado brasileiro como “novíssimo movimento social” e “heterogêneo”; um segundo momento onde discuto o processo de institucionalização das *outras economias* no Estado Brasileiro – nomeadamente economia solidária e agricultura familiar; e, finalmente, sinalizo algumas notas sobre os avanços e retrocessos das *outras economias* frente o processo de institucionalização em políticas públicas.

1 - O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS OUTRAS ECONOMIAS FRENTE O CONTEXTO DO ESTADO BRASILEIRO

O processo de institucionalização das *outras economias* em políticas públicas é observado durante as últimas gestões governamentais do Estado brasileiro que, de certa forma, deram visibilidade para o universo das economias alternativas. Neste caso me refiro aos governos geridos pelo PT e coligações partidárias – presididos por Lula e Dilma Rousseff respectivamente.

O processo de institucionalização das *outras economias* ocorre em um cenário que venho tratando sobre duas perspectivas teóricas de Boaventura de Sousa Santos: Estado heterogêneo (2003b) e o Estado novíssimo movimento social (2006a).

A formulação sobre o Estado-novíssimo-movimento-social proposta por Boaventura de Sousa Santos contribui à compreensão sobre articulação privilegiada entre o princípio do Estado e da comunidade (2006a:364) em que emerge uma “nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais”. Enfim, este debate conceitual reflete a possibilidade de aumento do poder e da participação da sociedade na política, colaborando para o que Santos chama, de uma “reinvenção solidária e participativa do Estado”.

No Brasil, as mudanças ocorridas no cerne da sociedade civil refletem um processo em que a participação cidadã torna-se uma contribuição imprescindível nos espaços de ação política impõe-se outra relação entre Estado e sociedade. Já na década de 1970 – com as críticas ao estatismo que passam a predominar entre teóricos e atores interessados em processos de mudança social, em grande parte por conta de experiências concretas que mostraram como o Estado redistributivo podia tender à tecnocracia ou mesmo ao autoritarismo – houve um

redirecionamento da agenda política e do foco teórico para a sociedade civil enquanto esfera de onde poderia emergir uma democracia com características mais participativas. Assim, as mobilizações sociais exigiam uma administração pública mais permeável a participação popular.

O processo de reelaboração da Constituição Brasileira, em 1988, já dava sinal de que as forças da sociedade apontavam para uma outra relação com o Estado⁵, uma vez que diferentes forças políticas apresentavam propostas para formular um novo referencial das relações entre Estado e sociedade que fundamentavam como deveria ser a construção da democracia no Brasil. Desta forma, o campo da sociedade civil (diverso e heterogêneo, uma vez que era composto de forças de direita e, principalmente, de esquerda. No campo da esquerda se reconhecem: movimentos populares, sociais, sindicais, pastorais católicas, partidos de esquerda e centro-esquerda, ONGs, entidades profissionais representativas, setores acadêmicos, etc) centrava-se na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade na condução da vida política do país, pois questionava o Estado como protagonista da gestão pública e assim começou a configurar um novo paradigma reformista: o Estado-novíssimo-movimento-social que propõe a rearticulação entre Estado e sociedade combinando democracia representativa com democracia participativa (Santos, 1999). Com este cenário, a reforma do Estado passou a ser vista não somente como questão administrativa e gerencial, mas também como um projeto político⁶.

O papel de associações autônomas no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática não é tema novo no pensamento político e social. No Brasil, observou-se (principalmente na década de 1990) um movimento de governos – principalmente locais – no sentido de gestão pública mais participativa e de maior incentivo ao associativismo civil. Na ciência política e na literatura sobre gestão pública, abundam estudos de caso sobre experiências concretas (principalmente locais, mas não só) de ações governamentais de estímulo à organização social. No Brasil, a experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre (1989-2004) se tornou referência internacional (Abers, 1998; Santos, 2003a), mas os exemplos vão desde “mutirões” para construir equipamentos coletivos, recrutamento de agentes comunitários, estímulo à formação de associações (moradores, pais, agricultores) etc. até formas mais institucionalizadas de participação, como conselhos e fóruns – além das políticas de fomento ao cooperativismo.

As primeiras reflexões sobre movimentos sociais dos anos 1960 e 1970 indicavam sua inserção apenas à esfera da sociedade civil numa perspectiva de contraponto ao Estado,

5 A partir da Constituição de 1988 foi perceptível uma mudança na agenda política dos movimentos e organizações da sociedade civil, pois o foco destes não era mais o Estado como inimigo político, mas sim pressionar o Estado para que o mesmo garantisse os direitos políticos previstos na constituição. Alguns autores (Doimo, 1995 e Cardoso, 1994) interpretaram este processo como um refluxo dos movimentos sociais, um abandono aos ideais mais revolucionários para adesão de uma perspectiva reformista. Outros (Carvalho, 1997 e Dagnino, 2000) diziam que este processo era o caminho para democratização de estruturas políticas. (Paula, 2007).

6 Esta orientação começou a ser absorvida por intelectuais de esquerda e lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) como Marco Aurélio Nogueira e Taro Genro (Paula, 2007).

negando-lhes assim um caráter político. Mas a dinamização dos “novos movimentos sociais”⁷ exigiu uma revisão, pois, ainda que a estratégia fosse de autonomia política, os movimentos se preocupavam com a garantia dos direitos e, assim, interagem com os espaços estatais – em particular no caso da América Latina.

A incidência do Estado-novíssimo-movimento-social implica também em um Estado heterogêneo – designado por Boaventura de Sousa Santos para explicar o pluralismo jurídico e as contradições do Estado, ou seja explicar uma falta de coerência na ação do Estado (Santos, 2003b). No caso brasileiro, os governos Lula e Dilma exemplificam bem as concepções de Estado abordadas por Santos.

Quando o Partido dos Trabalhadores (PT) chegou ao governo federal em 2003, havia muita expectativa que o governo implementaria uma ampla reforma democrática do Estado, reproduzindo em nível nacional as inovações pelas quais o partido se tornou reconhecido na década anterior em seus governos locais. Naqueles governos, a criação de novas institucionalidades participativas – como já referido anteriormente, tais como o orçamento participativo, chamou muita atenção de acadêmicos nacionais e internacionais. De fato, desde o início do governo Lula, criaram-se diversos conselhos nacionais e outros existentes foram fortalecidos. Também foram realizadas dezenas de conferências nacionais em grande número de setores de política pública. Como afirma Enid Silva (2009), “entre 2003 e 2006 foram realizadas 43 conferências - 38 nacionais e cinco internacionais – que mobilizaram 2 milhões de pessoas da sociedade civil e do poder públicos nas esferas municipal, estadual e federal”. Do conjunto de conferências realizadas no período, 16 foram realizadas pela primeira vez. Durante todo o período estudado (2003-2010) foram realizadas 74 conferências e criados 18 conselhos em um conjunto diversificado de áreas. A Secretaria Geral da República estima que pelo menos cinco milhões de pessoas já participaram de conferências desde 2003⁸. Da mesma forma, o aumento na presença de militantes sindicais e de movimentos sociais dentro da estrutura do Estado (Paula, 2007) ampliou o acesso formal e informal ao Estado e aumentou as chances de sucesso dos movimentos, com impactos institucionais e legais importantes.

Neste caso, o Estado brasileiro é reconhecido como novíssimo-movimento-social não só pela participação indireta promovida por instâncias de participação e diálogo do Estado com a sociedade, mas, também, pela participação direta auferida pela participação de referências e lideranças dos movimentos e organizações da sociedade na gestão das políticas públicas. Nesta última situação a participação dos sujeitos políticos deu-se tanto pela adesão aos cargos de confiança do governo (seja de baixo, médio ou alto escalão) e pela contratação terceirizada do Estado, quanto em ocasiões que o governo abre licitações para organizações da sociedade executarem determinados projetos de governo⁹.

7 Sobre os “novos movimentos sociais” ver Gohn, 1997.

8 Ver www.secretariageral.gov.br

9 Esta situação foi tão usual nos governos do PT que abriu precedente para uma desconfiança política que resultou na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) das ONGs.

Já o Estado Heterogêneo foi evidenciado pelos sinais contraditórios emitidos pelo governo que explicitam as disputas em jogo e os limites para os avanços dos processos participativos no contexto da ampla coalizão política construída para garantir a governabilidade. O caso da agricultura certamente é o mais exemplar, uma vez que expressa a convivência de uma política de valorização do agronegócio ao lado de uma política de valorização da agricultura familiar e de grupos ligados à luta pela terra, o primeiro representado no Ministério da Agricultura e o segundo no Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste caso, o Estado Heterogêneo é expresso pelas contraditórias parcerias para a garantia de um governo de coalizão (que coliga partidos de esquerda com direita) e, conseqüentemente compreende políticas públicas diversas - que agradam “gregos e troianos” – que muitas vezes dão a tônica do projeto de desenvolvimento absorvido pelo governo, uma vez que há um desequilíbrio entre estas políticas públicas tendo umas em condições mais periféricas que outras¹⁰. Desta forma, tem-se um governo ambíguo que ao mesmo tempo que se expressa em programas sociais inovadores, também adere ao ajuste estrutural do capital, incorporando nesse processo ideias e temas de interesse de lutas sociais históricas de direitos. Esse é um cenário altamente complexo para a ação dos movimentos, pois ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades para interação com o sistema político impõe escolhas estratégicas novas e dilemáticas (Tabagiba, 2009).

No governo Lula o mote da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes. Visto sob a ótica das interações entre Estado/sociedade, o governo amplia as possibilidades de combinações novas e criativas em relação aos padrões estruturais de interação. O que não significa que essas combinações resultem necessariamente em ampliação da democracia, ou fortalecimento dos movimentos no longo prazo. Em um governo de esquerda, os movimentos parecem andar sob o fio da navalha: fazer avançar uma agenda de esquerda, pressionando desde dentro pela ampliação dos marcos das reformas; e não esticar demais a corda para não “desestabilizar” o governo e favorecer a chances da direita nos pleitos eleitorais seguintes (Tabagiba, 2009).

Abers *et al.* (2011), propõem o conceito “repertório de interação” (desdobrado do “repertório de ação coletiva” usado por Tilly, 1978) para refletir esta relação estreita entre Estado e sociedade. Segundo as autoras, os movimentos sociais brasileiros não apenas negociam com o Estado como também garantem lugar na atuação em espaços institucionais de participação, como também garantem lugar na ocupação de cargos no interior do Estado, transformando-o, em certa medida, em um espaço de militância política.

10 Sobre este desequilíbrio Pochmann (2001) fala em secundarização das políticas públicas da área social, uma vez que há uma subordinação aos princípios econômicos expressa desde o regime militar e que não foi alterado pelos governos democráticos. Historicamente, percebe-se um recorrente predomínio dos ministérios da área econômica: Planejamento, Fazenda e, mais recentemente, o Banco Central.

2 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS OUTRAS ECONOMIAS: OS CASOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR.

A cumplicidade do Estado com as demandas dos movimentos sociais e as contradições oriundas desta relação podem ser percebidas em muitos espaços políticos dos governos Lula e Dilma, mas aqui vou atentar para dois espaços das *outras economias*: a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A Política Pública de Economia Solidária no Estado brasileiro é reflexo do movimento de uma parcela da sociedade que ao mesmo tempo que reorganizava formas de produzir e viver foi pautando as políticas públicas não só para garantia de suas demandas, mas para convertê-las em direitos – principalmente o direito ao trabalho associado¹¹.

A medida que as experiências de economia solidária iam se legitimando e conquistando reconhecimento social e político, começaram despertar a atenção das políticas públicas locais (municipais e estaduais) e, desta forma, os sujeitos envolvidos começaram se perceber como novo fenômeno econômico e social e, conseqüentemente, perceberam a necessidade de articulações políticas e interlocução com o Estado.

O Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição, em 2001, teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma a esse movimento. No primeiro FSM foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional) que, a partir de então, foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento. Preocupados com o caráter emancipatório do movimento, os representantes deste GT promoveram debates regionais e estaduais, na perspectiva de comprometer todos os envolvidos com o tema, principalmente os trabalhadores da base, na construção de um movimento sólido. Esse processo de debate e mobilização deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES).

Entre tantas questões, as plenárias discutiram encaminhamentos ao governo Lula e a formação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Eis o princípio do movimento da economia solidária no Brasil.

A partir das primeiras plenárias, formou-se uma comissão responsável em negociar, junto ao Governo Lula, a inserção de políticas públicas para a economia solidária na plataforma de governo. O resultado desse diálogo deu origem à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em junho de 2003. No dia seguinte à posse do economista Paul Singer como Secretário Nacional de Economia Solidária, ocorreu a III Plenária Nacional, onde foi criado o FBES como espaço da sociedade que não se confundisse com o espaço público-estatal, que seria a SENAES. Após 2003, com

11 Para melhor compreender o estatuto do direito ao trabalho associado ver a lei de iniciativa popular da economia solidária: http://www.fb.es.org.br/biblioteca22/campanha_leidaecosol_cartilha.pdf

uma política nacional começando a ser planejada e executada, Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados e foram somando-se às iniciativas já existentes.

É muito simbólico para os atores da economia solidária, e frequentemente mencionado nos seus documentos¹², que a criação do FBES e a elaboração de uma Carta de Princípios e de uma Plataforma da Economia Solidária se concretizam na terceira Plenária Nacional da Economia Solidária em junho de 2003, mesma época de implantação oficial da SENAES no seio do Ministério do Trabalho e Emprego. Neste sentido, é possível afirmar que o nascimento das instâncias da economia solidária no plano nacional se dá num mesmo momento histórico no Estado e na sociedade civil, e através de processos interligados, ou seja, a institucionalização do FBES é acelerada com a finalidade de que o mesmo cumpra papel de interlocução com o Estado.

Desde sua criação, o FBES e suas entidades-membros guardaram o papel de interlocutores privilegiados da SENAES – principalmente na primeira gestão do Governo Lula – no que concerne a demanda, proposição, execução e acompanhamento de ações públicas.

O FBES tem sido muitas vezes questionado quanto a este papel frente ao Estado ou quanto à sua composição e estrutura de gestão (objetos de grande disputa quando da quarta Plenária Nacional em 2008), mas é difícil negar que tenha obtido a posição de principal rede nacional da economia solidária no Brasil. Mais tarde, institucionalizou-se espaços de diálogo entre Estado e sociedade, como a Conferência Nacional e o Conselho Nacional. São espaços que apontam para possíveis conteúdos e formatos diferenciados na relação com a sociedade, sobretudo no que se refere às características históricas do Estado Brasileiro, mas ainda apresentam muitos limites para a participação e o controle social na definição de ações e alocação de recursos públicos (Santos, 2010). Além disso, apesar de supostamente haver forte imbricação entre atores do Estado e sociedade, esta representada por segmentos da economia solidária relativamente organizados e articulados, é preciso considerar que nem o FBES resume o campo da economia solidária no Brasil – que é muito mais amplo e inclui atores que ainda não se reconhecem neste Fórum – nem a SENAES abrange a totalidade de ações voltadas à economia solidária dentro das políticas públicas federais.

A SENAES sofreu forte influência da dinâmica da economia solidária. O quadro conceitual e empírico da economia solidária sugere que a proposta de democratização econômica que caracteriza as iniciativas associativas e autogestionárias está estreitamente vinculada a uma proposta de democratização política. Em termos de política pública específica, esta proposta se reflete simultaneamente na forma da política (mecanismos participativos e formas de parceria na relação com a sociedade) e no próprio conteúdo da política (incentivo ao associativismo e à autogestão entre os trabalhadores).

A gestão da política de economia solidária passa por um processo de proposição, monitoramento e avaliação através dos conselhos gestores que cada projeto da SENAES

possui. Para além dos conselhos gestores, o Conselho Nacional de Economia Solidária e as Conferências Nacionais de Economia Solidária cumprem um papel fundamental na dinâmica de diálogo entre Estado e sociedade e na elaboração das diretrizes da política.

No marco de um Estado-novíssimo-movimento-social, a SENAES executa políticas diretamente demandadas e discutidas com o movimento social e, assim, expressa também elementos contraditórios de disputa que refletem o Estado Heterogêneo. Os próprios sujeitos do Estado reconhecem a SENAES como espaço de disputa no interior da agenda do governo federal.

Para Márcio Pochmann, a SENAES surge entre as contradições da política macroeconômica do Governo Lula e das alianças políticas com segmentos conservadores, como por exemplo, com o cooperativismo tradicional que ampara o agronegócio no Ministério da Agricultura. Desta forma, Pochmann reconhece que a SENAES é uma secretaria pequena que representa uma das facetas do governo e que a sua inserção no aparelho governamental introduz a possibilidade de conquista de políticas capazes de alargar sua feição socialmente mais compromissada com o trabalho.

Paul Singer também critica as prioridades econômicas tomadas pelo Governo Lula circunscritas a ortodoxia do Banco Central e Ministério da Fazenda. No entanto, Singer acredita que isso não compromete de todo as inovações políticas na área social ou das relações internacionais, iniciativas que julga promissoras de desempenho no governo. Mas, Singer reconhece que esta perspectiva costuma estar ancorada em argumentos contraditórios, pois se ampara numa visão de desenvolvimento subjugado aos arranjos internacionais do capital tendo a frente a agenda tecnocrática da macroeconomia ortodoxa de diminuição do superavit primário e pagamento da dívida externa (Barbosa, 2005).

Apesar das políticas econômicas apontarem para um quadro depressivo para alternativas sociais estruturantes e continuando a converter recursos para o capital, Paul Singer acredita haver espaço para programas transformadores e emancipatórios, pois afirma haver um esforço pela construção de alternativas e políticas em outras áreas. E esses caminhos não estão apenas na economia solidária, mas em mudanças na estrutura do Estado e da sociedade que se busca promover. (Singer, 2004). Em entrevista a revista Fórum, Singer disse:

(...) Não se pode julgar o governo pelo Palocci e pelo Meirelles. Verdade que nessa área, a linha é tão ou mais conservadora do que no governo anterior, mas isso não é o governo todo. Mas, essa segmentação da ação do governo pode indicar que acomodam-se mudanças mantendo intacto o projeto de poder econômico que subjaz nesse quadro mundializado do capital a que a elite nacional adere frente a bloqueios internacionais. (Singer, 2004:11).

Neste cenário heterogêneo a política pública de economia solidária é colocada em um lugar

periférico na ordem de prioridades do governo. Mesmo dentro do Ministério do Trabalho a relação fica difícil. O próprio FBES percebeu esta singularidade e passou a denunciar a questão em seus espaços de interlocução com o Estado. Em uma das ocasiões o FBES alegou um distanciamento da economia solidária dos demais segmentos do MTE, incluindo essa atuação em torno do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Assim registra o relatório de maio de 2005:

A origem e entendimento da necessidade da formação desse Grupo de Trabalho (GT) de Políticas Públicas, ocorreu durante a III reunião do Conselho Interlocutor que discutiu sobre o isolamento da Economia Solidária com relação a construção de políticas públicas de trabalho e renda por parte do Ministério do Trabalho e Emprego. Ou seja, toda a discussão do sistema público de emprego tem passado ao largo o tema da economia solidária. Que era necessário pensar a integração de políticas públicas para dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, a integração com outros ministérios, a integração entre esferas de responsabilidade institucional (federal, estadual e municipal) e por fim pensar o papel que deve desempenhar os diferentes atores na construção da economia solidária. Apesar do nome GT ser Políticas Públicas, o foco em que foi pensado originariamente este GT é justamente a integração de políticas públicas. (FBES, 2005b).

Diferente da política de economia solidária, o desenvolvimento agrário não é uma institucionalidade nova dos governos PT. O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) por consequência de pressões da sociedade civil, um vez que a política de reforma agrária surge como resposta política ao destaque internacional oriundo dos massacres de agricultores em Corumbiara (1995) e El Dorado de Carajás (1996)¹³. Mas a concepção de reforma agrária privilegiada pelo governo FHC tratava de criar condições econômicas para a agricultura familiar e não distribuir terra.

No período do governo FHC o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) diminuiu e lançou PRONAF – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – um programa que garantia financiamento de infraestrutura e serviços a fim de promover o desenvolvimento rural, mas o acesso a estes financiamentos precisava passar pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs). Desta forma, o conselho respondia por uma instância participativa de interlocução com o Estado, mas o fato de serem criados para garantir acesso aos recursos fez com que os conselhos perdessem sua legitimidade se caracterizando como espaços pouco representativos com pouca participação

13 No Pará, cerca de 150 policiais militares mataram dezenove pessoas. Trabalhadores rurais protestavam contra o atraso na desapropriação de terras para fins de reforma agrária, quando foram surpreendidos pelo cerco policial. Tiros na testa e marcas de pólvora no rosto indicavam que as mortes foram à queima-roupa. Entre os mortos havia uma criança de três anos. Pelo menos 50 pessoas foram feridas. Nenhum policial. Na noite do massacre o ministro da Agricultura, Andrade Vieira, pediu demissão da pasta. Na semana seguinte, o governo federal confirmou a criação do Ministério da Reforma Agrária. (Jornal do Brasil, 2011).

da comunidade (Abers *et al*, 2011). Tendo em vista a dinâmica oportunista e funcional, alguns movimentos sociais do campo recusaram participar destes conselhos, pois pretendiam preservar a capacidade de disputar interesses com o Estado.

Na primeira gestão do governo Lula em 2003, o MDA sofreu algumas mudanças que influenciaram a rotina de interação e diálogo. Dentre as mudanças está a reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável que teve a representação ampliada; a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003 como parte do projeto Fome Zero (prioridade no primeiro ano do governo Lula) e, apesar da posição ambígua, o MDA assume outra condição frente aos processos de negociação direta com os movimentos a partir de 2003, pois não se tratava de apenas entregar as pautas e agendas políticas dos movimentos e sim legitimar um processo de negociação das demandas.

Os movimentos rurais criaram uma dinâmica própria de diálogo e negociação com o governo. Preocupados em evitar a institucionalização e, conseqüentemente, mecanismos de contenção os movimentos evitam centralizar o diálogo em apenas uma instância política, pois não se trata apenas de potencializar políticas públicas de interesse coletivo, mas também acumular e preservar a força social. Respeitando este processo, todo o ano os movimentos rurais realizam “jornadas de luta” que resultam na apresentação da agenda política ao governo.

O período das jornadas antecede o anúncio das políticas agrícolas do ano, que tradicionalmente ocorre em julho, conforme o calendário agrícola. Após algum tipo de manifestação pública, cada movimento designa um grupo de negociadores para participar de um grupo de trabalho criado pelo governo para negociar especialmente com aquele movimento. Este grupo define uma agenda e cronograma de reuniões. O processo, assim construído como resposta a iniciativa original dos movimentos termina em julho com a apresentação pelo Presidente da República do “Plano Safra” do ano, na qual os resultados das negociações com todos os movimentos, e suas ramificações em políticas públicas, são anunciados ao público. (Abers *et al.*, 2011:19)

Desta forma, diferente que em outras áreas do governo, o diálogo entre sociedade e Estado no que diz respeito as políticas do campo parece se manter em grande parte nos moldes dos repertórios tradicionais de ação coletiva, através de protesto e apresentação de demandas ao Estado. Apesar da tradição continuar, é vigente que a partir de 2003, começou a ocorrer um processo mais interativo de negociação em torno das demandas, com a participação direta do MDA e da Secretaria Geral de República, que coordenava o processo de negociação de outros ministérios.

Embora as relações de interação e diálogo tenham melhorado e a participação institucional promovido uma condição de “co-gestão” entre Estado e sociedade, não significa que não

houve um processo conflituoso de disputa. As tensões continuaram, sobretudo pela diversidade de sujeitos políticos – que mesmo se articulando em torno dos interesses da agricultura familiar possuem divergências –, e pela manutenção da estratégia econômica e da perspectiva de desenvolvimento adotadas pelo governo. Dentre os principais sujeitos políticos que representam a luta no campo estão o Movimento Sem Terra (MST)¹⁴ e a Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)¹⁵.

A relação do MST com o Estado foi deteriorada logo nos primeiros anos do governo Lula, pois o movimento alegava que o governo havia recuado com a promessa de realizar uma ampla reforma agrária¹⁶. Já a CONTAG manteve uma relação mais estreita e cúmplice com o governo, há também divergências pois a CONTAG é uma organização descentralizada com posicionamentos diversos e, enquanto as lideranças nacionais estão mais articuladas com as propostas do governo, as lideranças locais apresentam outras propostas.

Frente a um Estado Heterogêneo e uma política de agricultura convencional e conservadora forte (dinamizada pelo Ministério da Agricultura), as mobilizações políticas externas (como marchas e outros atos públicos) passaram ser também estratégia do próprio MDA para garantir espaço no governo. Neste caso, tanto os atores do Estado quanto os da sociedade se beneficiam das pressões políticas “autônomas” dos movimentos que são de suma importância para o fortalecimento do setor de agricultura familiar disputar politicamente com outros setores mais fortes no governo.

3 - PARA CONCLUIR: NOTAS SOBRE OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS OUTRAS ECONOMIAS FRENTE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

Guardadas as peculiaridades e diferenças entre as gestões Lula e Dilma, tanto a economia solidária como a agricultura familiar se beneficiaram e se fortaleceram com o processo de institucionalização, mas também é verdade que a legitimidade no campo do Estado resultou em algumas lacunas no campo da sociedade.

Nesta última seção, elenca-se alguns pontos significativos oriundos da complexa relação

14 O MST foi criado em 1984, porém a forma de organização pela qual é mais conhecido – o acampamento – tem uma história mais antiga – 1960 e nasceu a partir de um certo reconhecimento pelo Estado, pois os primeiros acampamentos identificados já ocorreram com explícito apoio de atores do Estado. “De forma correlata, os estudos sobre o INCRA demonstram uma relação quase simbiótica entre a entidade e o órgão público. Wolford nota que INCRA é “arguably the least wellfunded and most under-staffed agency in the Brazilian government” (Wolford apud Abers *et al.*, 2011). O MST é reconhecido mundialmente por suas mobilizações coletivas. Dentre elas, em 1997, destacou-se a primeira grande Marcha das Margaridas (das mulheres agricultoras e da floresta) a Brasília, que ganhou muita visibilidade na mídia.

15 A CONTAG é uma entidade sindical criada dentro da tradição de corporativismo como uma confederação representando nacionalmente as federações estaduais dos trabalhadores rurais. Foi criada em 1963 e, apesar de sofrer intervenção, se manteve na legalidade durante o regime autoritário. Em 1995, a CONTAG realizou o primeiro “Grito da Terra”, uma grande marcha nacional em Brasília (que foi reforçado com a realização de Gritos da Terra Estaduais) na qual a entidade conquistou grande visibilidade política.

16 Mesmo que o MST tenha ruídos em sua relação com o governo, há uma parcela forte do movimento que apoia o governo e suas estratégias. Isso resultou em um racha no movimento (bem como outros movimentos) que foi denunciado em uma carta aberta em 2011.

entre Estado e sociedade no Brasil.

● Avanços para a política pública

A dinâmica dos últimos anos permite reconhecer que para o sucesso de determinada política pública é fundamental uma estreita relação entre Estado e sociedade. Tanto a política de economia solidária no Ministério do Trabalho quanto a política de agricultura familiar no Ministério de Desenvolvimento Agrário avança tendo em vista uma dinâmica de gestão participativa em que a sociedade tem grande relevância. Nestes casos, a participação dos movimentos sociais no processo de gestão das políticas ocorre por quatro frentes:

- a primeira se faz pela indicação de nomes de referência dos movimentos para coordenar as políticas, ou seja, colocar numa das pontas da gestão política (no planejamento da política) pessoas de referência que contribuíram para a formulação das demandas por parte da sociedade, ou seja, reais conhecedores da causa¹⁷ ;
- a segunda ocorre na outra ponta – na execução das políticas – onde organizações da sociedade civil (Organizações Não Governamentais -ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs) – muitas articuladas pelos próprios movimentos sociais – disputam e ganham licitações públicas para executar as políticas;
- a terceira frente tem relação com a participação institucional, os espaços formais de interlocução entre o Estado e a sociedade: os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais. Trata-se da relação Estado/sociedade no interior do ambiente estatal onde a participação ocorre de forma representativa. Neste contexto formal as regras são claras e definidas em comum acordo por ambas partes. No entanto, são os agentes do Estado que mediam a interlocução, uma vez que são detentores recursos financeiros e humanos liberados para tal fim. No entanto, o interesse desta relação é de ambas as partes e por isso os movimentos assumem uma postura protagonista frente aos espaços formais a fim de garantir a legitimação de suas demandas.
- o quarto ponto tem relação com uma política de proximidade, espaços informais de interlocução. Neste contexto, a política acontece numa dinâmica relacional entre sujeitos, que posicionados em ambos os campos, dialogam, interagem e acabam por traçar algumas estratégias. As posições de prestígio (liderança) que os sujeitos ocupam, permitem uma participação direta, sem mediações institucionais, proporcionada por fáceis acessos, nos casos da Economia

17 “Assumir cargos governamentais é uma prática histórica de alguns movimentos sociais brasileiros, que se data desde o regime militar em áreas, especialmente em movimentos que se orientam para mudanças institucionais, como a política ambiental. Em governos “progressistas”, esta rotina se torna mais comum”. (Abers *et al*, 2011)

Solidária e da Agricultura Familiar esta relação ocorre a partir do trânsito de militantes no interior das estruturas estatais, bem como, no trânsito de agentes do Estado (também militantes) nas bases dos movimentos.

● **Retrocessos para a política pública**

Não se trata de um retrocesso para a política, mas sim para a burocracia do Estado. A adesão dos movimentos sociais na gestão pública implica uma dinâmica participativa e, portanto, uma dinâmica muito mais demorada. A democracia participativa é um ganho para a política pública, mas exige uma relação dialógica de muitos espaços e tempos. Os tempos dos processos de disputa, de diálogo e de negociação – próprios da democracia participativa – não são os mesmos tempos da burocracia. Isso, muitas vezes, implica numa dinâmica morosa, contraproducente (aos olhos dos executores da burocracia do Estado) que dificultam os encaminhamentos da política e a operacionalidade dos processos.

● **Avanços para os movimentos sociais**

Estar a frente da gestão das políticas e ter a oportunidade de disputar os recursos e o Estado por dentro da máquina pública é uma grande conquista dos movimentos sociais. Neste caso, boa parte dos pontos referentes aos avanços da política pública servem também para os movimentos sociais. Por mais periférico que seja o espaço dos movimentos sociais dentro do Estado – ainda assim – há um espaço que permite acesso aos recursos, acesso as decisões políticas e, principalmente, condições de disputa.

Se o Estado é heterogêneo e agrada “gregos e troianos” é preciso disputá-lo por dentro. Obviamente que as pressões externas são importantes, mas a pressão interna, por dentro do ambiente estatal, têm sido estratégia significativa para garantir espaços e recursos das políticas emancipatórias em detrimento das políticas conservadoras. Nesse caso, os interesses e projetos políticos da sociedade são determinantes para influenciar as disputas do/no Estado. Por mais que a lógica governamental seja desenvolvimentista, a inserção política da sociedade no Estado é sempre um contraponto importante na disputa contra hegemônica.

● **Retrocessos para os movimentos sociais**

O grande problema da relação mais estreita entre Estado e sociedade está relacionado a autonomia dos movimentos frente ao Estado. Embora os movimentos mantenham uma relação de resistência a lógica desenvolvimentista assumida pelos governos, é perceptível que o acesso aos recursos e a relação de poder propiciados pelo Estado provoca uma situação que conforta os movimentos e inibe processos de resistência e de disputa de poder.

Não se trata de uma relação de cooptação do Estado frente aos movimentos. Tanto o movimento de economia solidária como os movimentos de luta pela terra e de soberania alimentar mantêm, em certa medida, a desconfiança da ação conjunta com o Estado e fazem uma avaliação crítica desta relação de forma que ao reconhecerem um “esfriamento” e uma

fragmentação das lutas e resistências traçam estratégias de disputa por dentro do Estado, ao mesmo tempo que não abandonam as estratégias externas de impacto na sociedade.

Desta forma, toda vez que vislumbram dificuldades de diálogos pelos meios formais e informais de interlocução com o Estado, os movimentos sociais retomam suas estratégias históricas e provocam a negociação com o Estado através da demonstração da capacidade de mobilização que, segundo Abers *et al* (2011), podem assumir duas formas básicas: “protesto para abrir/restaurar negociação”, no caso de instâncias políticas menos permeáveis às demandas dos movimentos; e “protesto como parte do ciclo da negociação”, mais comuns em casos onde há compartilhamento de projetos políticos entre governo e movimentos, como exemplificam os casos da economia solidária e da agricultura familiar.

Enfim, estes pontos ajudam elucidar os dilemas da relação Estado/sociedade e, conseqüentemente, permitem compreender quais os avanços e retrocessos da institucionalização das *outras economias* em políticas públicas. Não há dúvidas que esta relação estreita propiciou muitos avanços para as políticas públicas de atenção a economia solidária e a agricultura familiar, mas é verdade também que os interesses estatais fragilizam os movimentos sociais que ficam confusos e, por vezes, estabelecem uma relação de dependência com o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abers, Rebecca (1998), “From clientelism to cooperation: local government, participatory policy and civic organizing in Porto Alegre, Brazil”, *Politics & Society*, 26 (4):511-537.

Abers, Rebecca; Serafim, Lizandra; Tabagiba, Luciana (2011), “A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo”. Trabalho apresentado no 35^o Encontro Anual da ANPOCS, no GT04 Controles Democráticos e Legitimidade.

Barbosa, R. (2005), *Economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP.

Cardoso, Ruth (1994). “A trajetória dos movimentos sociais”, in Evelina Dagnino (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 81-90.

Carvalho, M. Carmo (1997). *Eppur si muove... Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UNICAMP.

Cunha, Gabriela; Santos, Aline Mendonça (2011), “Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos”, in Pedro Hespanha; Aline Mendonça Santos (orgs.), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra: Almedina, 15-56.

Dagnino, Evelina (2000), “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana”, in Sonia Alvarez; Evelina Dagnino; Arturo Escobar (orgs.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, 61-102.

Doimo, Ana Maria (1995), *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará/ANPOCS.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2005a), *Histórico – Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Disponível em <http://www.fbes.org.br>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES (2005b). *Boletim do FBES*. 22-24 de abril. Brasília: FBES

Gohn, Maria da Glória (1997), *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Jornal do Brasil. (2011), [17 de abril de 1996 - O Massacre de Eldorado dos Carajás](http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=26514). Disponível no link: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=26514>

Paula, Ana Paula (2007), *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV

Pochmann, Márcio (2001), *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Santos, Aline Mendonça (2010). *O movimento de economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado UERJ.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2003a). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2003b), “O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico”, In Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João Carlos (ed.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, Vol I, Porto: Afrontamento, pp. 47-128.

Santos, Boaventura de Sousa (2006a). *A gramática do tempo: para uma nova cultura do tempo*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2006b). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez. (1ª edição 1988).

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / MTE – (2004a). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005*. Brasília: MTE, SENAES.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA / TEM (2004b). *Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília: MTE,



Outras economias frente as novas institucionalidades do Estado brasileiro: os casos da economia solidária e da agricultura familiar.

SENAES.

Singer, Paul (2004), “O Novo Pensamento Econômico Socialista, Entrevista”. *Revista Fórum*, out-nov. São Paulo.

Silva, Enid. R. A. da. (2009), *Participação social e as conferências nacionais de políticas públicas: reflexões sobre os avanços e desafios no período de 2003-2006*. IPEA.

Tatagiba, Luciana (2009), “Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil”, in Dagnino, E. (org), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra: 47-104.

Tilly, Charles (1978), *From mobilization to revolution*. Reading: Addison-Wesley.